

**MODELOS EPISTEMOLÓGICOS NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O DISCURSO
SUBSTANTIVO EM HABERMAS ACERCA DA
DEMOCRACIA NA SOCIEDADE DA
INFORMAÇÃO**

*EPISTEMOLOGICAL MODELS IN PUBLIC
MANAGEMENT: THE SUBSTANTIVE DISCOURSE IN
HABERMAS ABOUT DEMOCRACY IN INFORMATION
SOCIETY*

JÚLIO CESAR ANDRADE DE ABREU

Administrador, Mestre em Administração (UFBA), Doutorando em
Administração (UFBA)
Professor Assistente I (UFF)
jandrade0@gmail.com

Recebido em: 12/12/2008

Aprovado em: 27/02/2009

ISSN 2175-5787

Resumo

A forte crítica feita ao positivismo é traço comum em trabalhos de Jürgen Habermas. Ao desenvolver e aprofundar sua análise sobre a racionalidade comunicativa, afrontando a razão instrumental positivista, o autor fornece um importante subsídio teórico para a elaboração e aprimoramento de modelos epistemológicos para diversas áreas do saber. Este artigo recorre à racionalidade comunicativa de Habermas para fundamentar um breve esboço epistemológico sobre a Administração Pública, dando forte ênfase à Democracia enquanto regime governamental. Observa-se, entretanto, que tal construção se dá sob o cenário contemporâneo, que considera, assim, a Sociedade da Informação como paradigma predominante na práxis administrativa. Conclui-se que, a partir da dialética habermasiana, a Democracia Participativa emerge, ao mesmo tempo, como regime e método que deve permear os sentidos da Administração Pública refletindo em suas ações enquanto disciplina agregadora de conhecimentos das ciências sociais aplicadas para promoção da emancipação do indivíduo.

Palavras-Chaves: Epistemologia. Administração Pública. Habermas. Administração Política-Social.

Abstract

The strong criticism on positivism is a common element in Jürgen Habermas work. When developing and deepening his analysis of communicative rationality, challenging the positivist instrumental reason, the author provides an important theoretical subsidy for development and improvement of epistemological models for different areas of knowledge. This article appeals to Habermas's communicative rationality to support a brief epistemological outline on public administration, giving strong emphasis to democracy as a system of government. It is observed, however, that this construction takes place in the contemporary scenario, which, therefore, considers the Society of Information as a predominant paradigm in administrative praxis. It is concluded that, from the Habermas dialectic, the Participatory Democracy emerges, at the same time, as a system and method which must permeate the senses of Public Administration reflecting on its actions as a discipline aggregating knowledge of applied social sciences to the promotion of the emancipation of the individual.

Key-Words: Epistemology. Public Administration. Habermas. Social Policy & Management.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva estudar a epistemologia da Administração Pública (AP) com ênfase na democracia enquanto regime de governo predominante nos Estados Nações e com a sociedade da informação enquanto paradigma contemporâneo.

Baseado na visão de Habermas, desenvolve-se uma abordagem que questiona a predominância da razão instrumental derivada de uma linha de pensadores positivistas, contrapondo-a com a da razão comunicativa (ou substantiva). A linha instrumental é caracterizada pelo domínio do poder do mercado sobre todas as dimensões humanas, inclusive as ciências. Logo, percebe-se uma Administração Pública imersa na lógica estratégica de meios e fins, o que limita sua ação a reprodução dos ditames do mercado e atinge, inclusive, seu corpo de conhecimento.

Uma tentativa de refutar esta condição, baseada na ótica habermasiana, foi empreendida por Fernando Tenório (1990; 1997; 2001), que fez um distanciamento teórico da razão instrumental, afastando a Administração Pública da linha utilitarista. Ao fazer isso, Tenório alça a AP a uma posição mais crítica, que conduz a uma nova reflexão sobre as origens do conhecimento em Administração (epistemologia), que recai, conseqüentemente, sobre a democracia que, enquanto regime de governo, possui grande influência sobre a AP.

A visão habermasiana conduz a uma crítica sobre a democracia elitista reduzida ao sistema eleitoral defendido por Schumpeter. Miguel (2002 apud CARVALHO, 2007) afirma que,

Não se trata apenas de uma tendência, entre outras, da teoria democrática. É a corrente amplamente dominante, que se enraizou no senso comum; é um divisor de águas, já que, a partir dela, qualquer estudioso da democracia tem que se colocar, em primeiro lugar, contra ou a favor das teses schumpeterianas. Entre aqueles que foram influenciados por elas, de diferentes maneiras, estão nomes do peso de Giovanni Sartori, Robert Dahl e Anthony Downs (MIGUEL, 2002 apud CARVALHO, 2007, p.113).

O objetivo deste trabalho é reflexionar sobre o futuro da Administração Pública no cenário contemporâneo (caracterizado pela velocidade no fluxo de informações e pela emergência do paradigma das redes na sociedade), questionando seu papel diante de uma democracia representativa elitista e limitada pela falta de legitimidade (GENRO, 2002).

O método utilizado é o da pesquisa bibliográfica. O recorte analítico deste trabalho é baseado em Habermas e na relação sociedade da informação – democracia – Administração

Pública. Busca-se responder ao seguinte questionamento: Qual o papel do Administrador Público em uma sociedade cada vez mais informacional e com uma crescente crise de legitimidade democrática? Ou ainda: Que características devem possuir o Administrador Público para lidar com o cenário de crise de legitimidade democrática na sociedade da informação?

Parte-se do debate iniciado por Tenório (1990; 1997; 2001) acerca do pensamento habermasiano aplicado à administração. Entretanto, é realizado um esforço para ir além da argumentação de Tenório ao adicionar a sociedade da informação e a democracia ao debate. A metodologia de análise favoreceu a organização deste trabalho da seguinte forma: inicialmente é desenvolvido um “Referencial Teórico” onde se examina a epistemologia da administração. Este referencial contém, ainda, uma descrição da racionalidade habermasiana associada à democracia e à sociedade da informação. Em seguida, é desenvolvido, no tópico “Resultados e Discussões”, um esforço para articulação dos principais conceitos e fundamentos teóricos abordados, quando serão tecidas possíveis respostas (ou mesmo apontamentos) para as questões propostas por este trabalho. Destaca-se que tais respostas ou apontamentos não correspondem a posições conclusivas baseadas em verdades absolutas, ao contrário, são tão somente direcionadoras de trilhas a serem pesquisadas em trabalhos mais sistemáticos acerca da Ciência da Administração.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A sociedade em rede ou informacional (SI) é um termo empregado por diversos autores como Pierre Lévy, Manuel Castells, Laymert Garcia dos Santos e Jean Lojkine, para designar o atual estágio de desenvolvimento econômico e social em que a informação e o conhecimento desempenham papel fundamental na produção de bens, na estruturação e na organização social baseados no fenômeno da globalização. Para Lojkine, a grande novidade da revolução informacional concentrada nas TICs (tecnologias da informação e da comunicação) e “vivenciada na sociedade em rede é a potencialidade de criação, armazenamento e circulação de uma imensa massa de informações, antes monopolizada” (LOJKINE, 1995, p.14-15). Esta revolução informacional tem reflexos na cultura, na economia e no mercado, gerando grandes mudanças nas sociedades e nos sistemas de governo, como a democracia.

Esta é um sistema de governo onde o povo é quem toma as decisões políticas direta ou indiretamente (através de representantes eleitos). A democracia teve origem na Grécia Antiga e o modelo em voga na maioria dos estados democráticos é o representativo. Este sistema está na contemporaneidade, vivendo uma crise de legitimidade de suas instituições (GENRO, 2002), dada a ineficiência do modelo de democracia representativa em responder aos principais anseios da população.

Não se pode afirmar que o surgimento da sociedade da informação é o causador da crise à que se refere Genro (2002) quanto menos que há algum benefício latente ao sistema democrático por conta da SI (SANFORD e ROSE, 2007). Os pesquisadores desta temática dividem-se em vários grupos, com distintas interpretações e conclusões. Sanford e Rose (2007) ao desenvolverem um referencial teórico sobre a participação democrática na internet (e áreas de estudo como *e-participation*, *e-democracy*, *e-citizen*, etc.) afirmam que existe uma nítida divisão entre pessimistas, que alegam que as TICs e a sociedade da informação causarão um enfraquecimento da democracia e os otimistas, que defendem que as TICs e a sociedade da informação causarão uma revolução participativa democrática. Neste contexto, retomam-se as dúvidas iniciais.

Admite-se neste trabalho que um vestígio para possíveis respostas reside na investigação acerca dos princípios do conhecimento produzido em administração. Ao se explorar a epistemologia desta e empregar a chave analítica da racionalidade comunicativa de Habermas, procura-se encontrar os referidos indícios.

Os tópicos a seguir detalharão a epistemologia da administração e a racionalidade comunicativa de Habermas (relacionada com a democracia e a SI).

2.1 A Natureza do Conhecimento Produzido em Administração

A natureza do conhecimento em Administração Pública é um tema tratado de forma interessante pelo autor França Filho, que conduz uma abordagem baseada em um olhar epistemológico, ou seja, da natureza do conhecimento produzido em Administração. A epistemologia desta sugere três grandes corpos de conhecimento e ideias produzidas na área.

O primeiro seria o das técnicas gerenciais, que se referem “ao conjunto de idéias voltadas ao auxílio do trabalho do gestor público, num sentido muito prático e aplicado.” (FRANÇA FILHO, 2004, p.122 apud SANTOS, 2004). Elaboradas sob a forma de modelos gerenciais, estas técnicas incorporam ideias sobre gestão e possuem a pretensão de uma validade geral, podendo ser aplicada para instituições públicas, entidades não-governamentais

e organizações em geral (ainda que tenham sido concebidas em âmbito exclusivamente empresarial). O autor faz um questionamento bastante oportuno se tais modelos, que destacam a eficácia e a eficiência administrativa, realmente poderiam ser considerados universais, lembrando que o foco neste caso é a racionalidade e o objetivo que se pretende atingir (de onde se deriva a ideia de utilidade), mas deixando de lado o atributo ético da ação.

O segundo campo do conhecimento é o das áreas funcionais, que tem sua origem na noção de divisão do trabalho proposta por Fayol (que afirma que o princípio universal da Administração seria a divisão do trabalho e cria, também, as chamadas funções básicas da empresa). Com isso temos, segundo o autor, várias especializações da prática administrativa (*marketing*, finanças, logística, gestão de produção, entre outras) que encerram na visão de muitos “o próprio sentido de ser da administração hoje, devendo o profissional necessariamente especializar-se em uma delas” (FRANÇA FILHO, 2004, p.125 apud SANTOS, 2004).

O último campo é o da teoria das organizações (TO) ou dos estudos organizacionais (EO). Este campo, por sua vez, muda o foco da gestão para a organização como unidade de análise. A TO possui seu início remetido a uma obra de Chester Barnard (*As Funções do Executivo*, 1938) que apresenta a organização como algo essencial e que deveria ser estudado com grande atenção, pois, tratar do trabalho do “gerente sem a relevante consideração do seu espaço social de atuação poderia acarretar, no mínimo, uma ausência comprometedora da qualidade de seu estudo” (FRANÇA FILHO, 2004, p.127 apud SANTOS, 2004). Os fundamentos da TO estão assentados em duas bases de acordo com França Filho: no “comportamento organizacional” (com influências de psicólogos americanos) e na “sociologia das organizações” (influenciada por sociólogos americanos de inspiração funcionalista).

A contribuição do olhar epistemológico e dos estudos organizacionais para a formação do Administrador fica evidente, principalmente quando observamos que a formação base, na graduação, segue uma linha estritamente funcionalista e compartimentada. Generalizando, a grande maioria dos cursos de Administração funciona desta forma e ignora os demais olhares colocados por França Filho sobre a epistemologia da área, o que acarreta uma falha no caráter interdisciplinar inerente ao curso, principalmente no que tange os estudos organizacionais, que são negligenciados em alguns casos, quando há uma comum confusão entre esse e os estudos sobre a Teoria Geral da Administração (TGA).

Mesmo não havendo consenso entre os pesquisadores sobre o objeto de estudo da Administração, se é a gestão ou a organização, o profissional é generalista, e assim, a questão

dos estudos organizacionais, que é deixada de lado em detrimento da visão funcionalista, prejudica grandemente a formação consistente do Administrador.

França Filho afirma que cabe a Administração articular os diversos saberes envolvidos em sua área, que possui uma característica intrinsecamente interdisciplinar. Segundo o autor, cabe ainda à Administração um papel de forte aplicabilidade dos conhecimentos produzidos por outras disciplinas para subsidiar sua atividade. Algo parecido acontece com a medicina (que se apropria de conhecimentos produzidos pelas diversas disciplinas da chamada ciência da saúde) e com a engenharia (que se apropria do conhecimento produzido pelas ciências exatas). Logo, caberia a Administração o mesmo papel nas ciências humanas. Esta deve dialogar com diversos outros conhecimentos para o exercício pleno de suas atribuições, seja no campo profissional ou acadêmico. Interagir com a psicologia (que busca esclarecer o comportamento humano no trabalho), com a sociologia (com foco na dinâmica de poder e conflitos na organização), com a antropologia (que visa desvendar o universo simbólico e cultural da organização) e com a economia (que visa esclarecer a dinâmica das relações de trocas econômicas).

Esta característica plural e dialógica conduz a um questionamento: Por que a Administração, que é intrinsecamente interdisciplinar, é dominada por um paradigma unidimensional e utilitarista? A resposta reside no fato da razão utilitarista, proveniente do mercado, ter muita influência sobre a Administração e suas dimensões. No tópico seguinte será desenvolvida uma desconstrução desta razão e apresentado a racionalidade comunicativa de Habermas.

2.2 A Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, Democracia e Sociedade da Informação

O desenvolvimento e a modernização na sociedade ocorrem, na visão weberianaⁱ, através da racionalização e da burocratização. Decisões técnicas racionalizam e ditam todas as esferas sociais da organização, desde a administração pública até os processos de comunicação e relacionamento social. A modernidade da sociedade possui, implicitamente, o planejamento e a lógica racional vinculadas ao desenvolvimento industrial, à urbanização e ao capitalismo.

Um exemplo desta racionalização pode ser observado na relação entre o homem e o trabalho, e é dado por Silva (2001):

O homem está ligado direta e intensamente na sua relação com o trabalho em suas ocupações especializadas, possibilitando assim uma produção tanto

qualitativa quanto quantitativa nas relações sociais de produção, o que caracteriza nesse sentido um trabalho racionalizado que torna compatível tempo e produção qualificada, associados a lucratividade e acumulação. (SILVA, 2001, p.4)

Esta lógica da racionalidade instrumental weberiana, mais presente no capitalismo, vai além da dimensão trabalho, pois o mercado, em tempos de globalização e integração, dita uma série de “condições” para o perfeito “funcionamento” da sociedade. Esta racionalidade é conceituada pela relação entre meios-fins e objetiva organizar os meios específicos para atingir determinado fim, ou seja, escolha estratégica para consecução de objetivos (GONÇALVES, 1999).

Para Weber o processo de racionalização pode ser entendido como o produto da especialização científica que organiza a vida através da coordenação e da divisão de várias tarefas com base “em um estudo preciso das relações entre os homens, com seus instrumentos e seu meio, com vistas à maior eficácia e rendimento” (FREUND, 1975, p.19 apud MALISKA, 2006). A racionalidade referenciada por Weber e alicerçada em um modo burocrático de sociedade teve grande influência sobre o Estado.

O capitalismo moderno é baseado no Estado racional (que se diferencia de outras formas estatais, como a patrimonial e a patriarcal). Enquanto o capitalismo molda as empresas e organizações capitalistas (através de aspectos como uma contabilidade racional, uso de conhecimento técnico-científico, uso de mão-de-obra livre e decisões racionais orientadas para o mercado), o Estado atua de forma semelhante na sociedade ao introduzir um sistema tributário central pelo monopólio da violência, pelo controle central militar e por uma administração burocrática (MALISKA, 2006).

Habermas, um dos representantes da Escola de Frankfurt e pensador da Teoria Crítica de Sociedade, aponta em Weber três tipos de racionalizações: a sociedade, a cultura e a personalidade.

Habermas busca contrapor o pensamento utilitário da racionalidade instrumental, realizando um exame da razão com um apurado olhar filosófico, desenvolvendo, assim, a racionalidade comunicativa.

O próprio autor, ao aderir essa corrente filosófica, admite que “todas as tentativas de descobrir fundamentos últimos, nos quais as intenções de uma primeira filosofia se assentariam, se mostraram vãs” (HABERMAS, 2002, p. 2), demonstrando o quão complexa

foi essa caminha teórica, tendo início com uma forte crítica à razão instrumental e, de certa forma, ao pensamento positivista.

As diversas transformações pelas quais as sociedades industriais foram submetidas no contexto capitalista acentuaram o domínio utilitarista da razão instrumental, que se propaga para outros contextos sociais. O desenvolvimento dessas está ligado ao desenvolvimento da técnica e da ciência, que assumem um papel de “verdadeiras forças produtivas, sem as quais o crescimento econômico dentro do quadro de referência do capitalismo não poderia ser mantido” (FREITAG & ROUANET, 2001, p.15), o que representa uma racionalidade científica. Esta fez com que a ciência se posicionasse de modo neutro, afastando todas as questões sociais que não podiam ser interpretadas pela lógica utilitária de meio-fim (GONÇALVES, 1999). Para a autora,

a ciência e a técnica, ao visarem o domínio da natureza e a sua submissão ao homem, já trazem em si o germe da dominação. Abstraindo de toda a discussão em torno da questão de valores, esse tipo de racionalidade traz em seu bojo uma forma de dominação política que não lhe é imposta de fora, mas habita o seu interior, e já está presente no processo de sua própria construção. (GONÇALVES, 1999, p.4)

Para criticar tal cenário positivista Habermas recorre à Teoria da Competência Comunicativa, onde ele recupera um conjunto de regras para a construção de enunciadosⁱⁱ. Por este princípio, um indivíduo só consegue se comunicar com outro à medida que estes estabelecem um elo intersubjetivo onde os conteúdos são transmitidos e compreendidos. Nogueira (2006) afirma que:

Segundo o ínclito filósofo, em todo ato de fala (afirmações, promessas, ordens e etc.) dirigido à compreensão mútua, o falante constrói uma pretensão de validade, quer dizer, pretende que o dito por ele seja válido num sentido amplo. Então, Habermas menciona que quando eu falo algo, digo alguma coisa para uma ou mais pessoas, eu pretendo que aquilo que digo seja válido. (NOGUEIRA, 2006, p.2)

Para Habermas, a comunicação linguística é uma metalinguagem onde a situação de fala possui pretensão pela verdade, que adquire quatro expectativas de validade possíveis. A primeira refere-se à compreensão do que é transmitido. A segunda trata da veracidade dos interlocutores. A terceira refere-se aos conteúdos, que devem ser verdadeiros. A quarta trata das normas, da motivação, da justificativa e razões que movem os interlocutores a iniciar uma comunicação (FREITAG & ROUANET, 2001).

Freitag & Roanet (2001), discorrendo sobre a obra habermasiana, afirmam que a interação entre os interlocutores é estável quando possui um consenso. Em caso de questionamento de alguma das quatro expectativas de verdade, o consenso não é obtido e a estabilidade do processo de comunicação é perturbada. Enquanto a primeira e a segunda expectativa podem ser problematizadas e resolvidas no contexto da comunicação, o mesmo não pode ser dito sobre a terceira e a quarta expectativa, que demandam um maior esforço para validação, pois só podem acontecer fora do contexto da comunicação. Até que a norma seja refutada e a afirmativa seja considerada legítima, há um debate no que se refere à norma (discurso prático) e à afirmativa (discurso teórico). Tanto o discurso prático quanto o teórico findam quando se obtém um consenso sobre sua legitimidade (ou ilegitimidade) e sobre veracidade (ou falsidade), respectivamente. Logo, a verdade seria obtida através de questões teóricas, normativas e do consenso. Questiona-se, desta forma, a visão positivista de que somente as questões e proposições descritivas são passíveis de validação e todas as demais são apenas opiniões e não são nem verdadeiras e nem falsas.

A Teoria da Ação Comunicativa baseia-se, então, na idéia de que os indivíduos agem de forma orientada ao consenso. Avritzer (1996), debatendo o pensamento de Habermas, afirma que os indivíduos agem buscando imprimir sentido à suas ações no consenso com outros indivíduos, inseridos em um mundo dotado de sentido, com dimensões objetivas (das coisas), subjetivas (sentimentos e vivências) e sociais (normas e instituições). “Ao agir em cada uma dessas dimensões, o ator social, para imprimir sentido à sua ação, necessita alcançar um consenso com outros indivíduos acerca de uma forma de expressão da sua experiência subjetiva.” (AVRITZER, 1996, p.45)

Em todas as interações sociais existe a presença dessas três dimensões (embora não necessariamente na mesma proporção). Cada uma corresponde a diferentes pretensões de validade e estão juntamente com todos os indivíduos, inseridas e interagindo em dois domínios: o sistema e o mundo da vida.

O sistema, segundo Habermas, engloba ações instrumentais do indivíduo de cunho econômico, objetivando dinheiro, ou de cunho político, objetivando poder. Já no mundo da vida (onde todos os indivíduos estão) é onde ocorrem as interações comunicativas, onde os indivíduos buscam mútua compreensão e consenso, e onde ocorre a socialização, a integração social e a reprodução cultural.

A interação entre sujeitos, mediada pela linguagem, ocorre sempre dentro de um mundo da vida, que é o conjunto de saberes pré-teóricos, implícitos, e que,

compartilhados pelos participantes da interação e colocados às suas "costas", formam o horizonte da situação que vivenciam e garantem os recursos utilizados por eles para que se entendam uns com os outros numa dada situação e assim, ao estabelecer relações intersubjetivas mediadas pela linguagem, coordenem as suas ações coletiva e cooperativamente. (MELLO et alii, 2007)

Uma representação gráfica do razão comunicativa no mundo da vida é dada na figura 1.

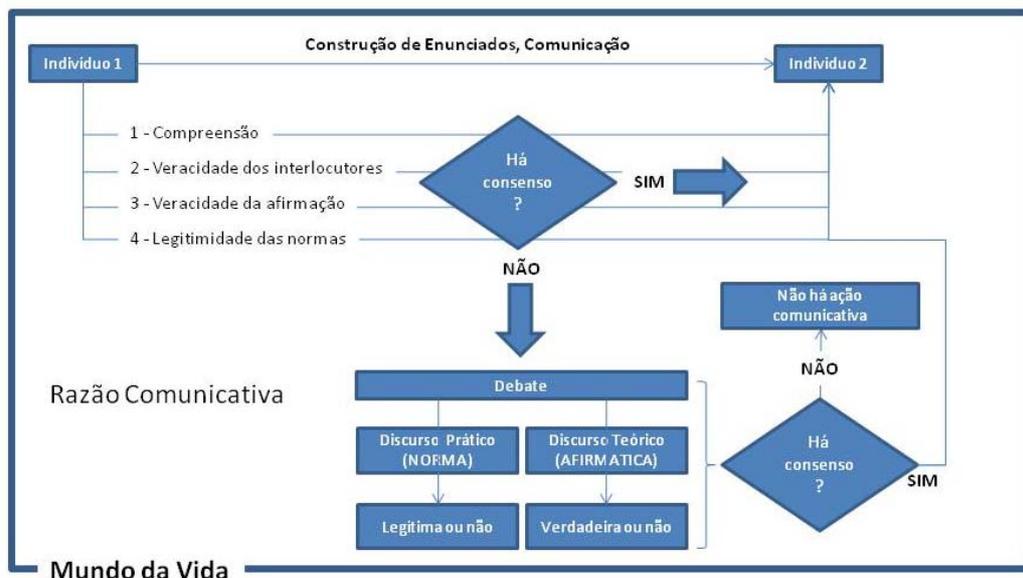


Figura 1 - Representação gráfica do Mundo da Vida.
FONTE: Elaborado pelo autor.

O sistema busca prover a sociedade de organização e planejamento prescritivo. Nele as instituições buscam respostas às exigências do ambiente, baseadas na lógica de meio-fim. As democracias representativas no capitalismo são exemplos de ação estratégica em detrimento da visão de consenso e compreensão mútua.

Porém o mundo da vida e o sistema não estão sempre em plena harmonia, pois há uma interação entre ambos onde o sistema pode definir normas, signos, símbolos e espaços que interferem nesta relação. Isto resulta, porém, em uma “colonização do mundo da vida pelo sistema” que é representada pela figura 2.

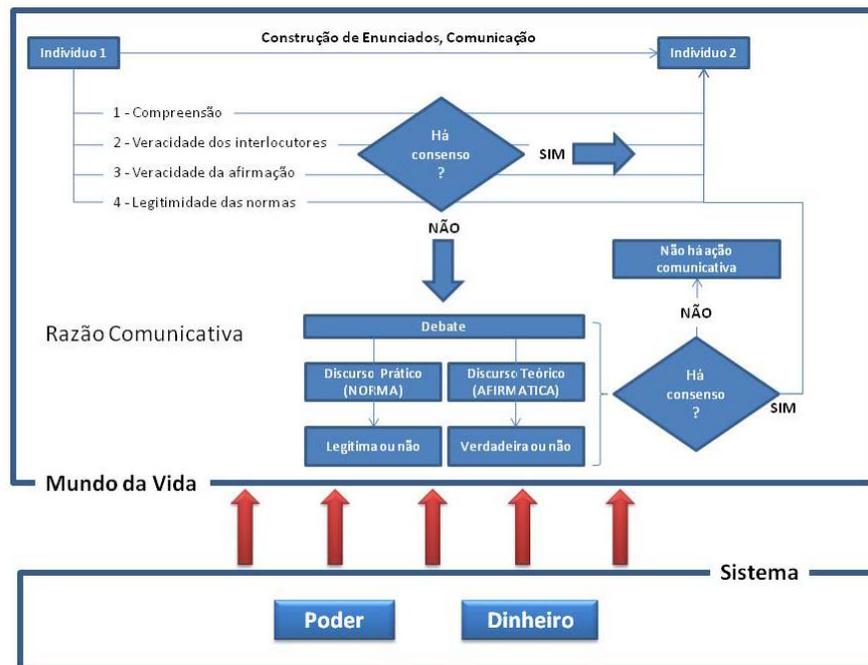


Figura 2 - Colonização do Mundo da Vida pelo Sistema.
 FONTE: Elaborado pelo autor.

Esta colonização representa o domínio da lógica utilitarista da razão instrumental adentrando os domínios do mundo da vida, onde deveria imperar a razão comunicativa. Resume-se como a mercantilização dos relacionamentos, ou seja, tudo pode ser expresso em poder e dinheiro. Só é feliz, socialmente realizado e pleno, aquele indivíduo que tem esses dois fatores.

O mundo da vida busca resistir aos domínios do sistema através de instituições da esfera pública. É através delas que é possível contestar, questionar e até regular as instituições estratégicas. A esfera pública (e aqui não se trata de uma máquina burocrática, mas sim de um processo no mundo da vida) emerge quando há uma auto-organização da sociedade através de processos comunicativos e mútuos entendimentos e livre de pressões ou privilégios associados ao sistema.

A partir de reflexões da esfera pública no mundo da vida surgem movimentos sociais que podem atuar no sistema (e desde seu surgimento e instrumentação deixam de existir no mundo da vida e passam a figurar no sistema). Porém, este também pode estrangular ou estimular o mundo da vida através de mudanças no meio físico e tecnológico (GONÇALVES, 1999).

Este pensamento conduz invariavelmente a um olhar habermasiano sobre a política. Segundo Avritzer (1996):

o que irá interessar a Habermas em relação à esfera da política será a possibilidade que ela abre para um processo de debate e crítica cujos critérios de validade sejam internos e cujo método de discussão aceite formalmente a idéia de igualdade no que tange tanto a participação de outros indivíduos quanto a relevância dos argumentos por eles levantados. (AVRITZER, 1996, p.46)

Habermas parte de duas dimensões políticas através de sua teoria da ação comunicativa. A primeira é do reconhecimento do outro como igual. Esta igualdade deve estar baseada na garantia de direitos civis (para garantia dos modos de vida particulares) e direito de comunicação e participação. A segunda dimensão é a democracia, em que os indivíduos atuam fortemente na formação política e normativa de suas sociedades através do debate crítico-racional através da linguagem (AVRITZER, 1996).

Deve-se, na visão habermasiana, buscar a inclusão de todos os atores sociais de uma comunidade no debate político, cercando-os de garantias de comunicação e civilidade. Sob esta ótica, o autor propõe uma radicalização da democracia através da racionalidade comunicativa.

Este modelo de democracia radical é a democracia participativa (conforme figura 3) e possibilitaria a emancipação dos indivíduos que vivem pela lógica utilitarista, predominante no mundo da vida.



Figura 3 - Democracia Participativa na visão Habermasiana.
 FONTE: Elaborado pelo autor

O ambiente da sociedade em redes, no qual se insere a contemporaneidade, possui uma incrível permeabilidade a tecnologias de informação e comunicação (TIC), dentre as quais, destaca-se a Internet.

O sistema, porém, através da colonização do mundo da vida, transforma o potencial destas tecnologias, que possuem um forte perfil comunicativo, em meios instrumentais para ações estratégicas do ambiente empresarial e do mundo da vida, onde são empregadas para atividades meio-fim. É evidente, contudo, o potencial que as TICs possuem em um cenário da racionalidade comunicativa, em que a democracia participativa poderia prover a emancipação dos indivíduos, liberando-os dos domínios do sistema e da razão instrumental predominante em diversas dimensões e nos relacionamentos sociais do mundo da vida.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após investigar a origem do conhecimento produzido em administração e refletir sobre o pensamento habermasiano acerca da racionalidade comunicativa, várias pistas são postas para análise das questões centrais deste trabalho: Qual o papel do Administrador Público em uma sociedade cada vez mais informacional e com uma crescente crise de legitimidade democrática? Ou mesmo: Que características devem possuir o Administrador Público para lidar com o cenário de crise de legitimidade democrática na sociedade da informação?

A primeira pista que emerge da reflexão empreendida aponta para a contradição entre a natureza do conhecimento em administração (epistemologia) e a natureza da realidade (ontologia) da administração. De grande caráter interdisciplinar, o conhecimento em AP pode ser caracterizado de modo multidimensional, abrangendo várias áreas do conhecimento. A atuação do administrador, entretanto, ocorre em uma sociedade onde a razão instrumental limita o pensamento a uma única dimensão: o mercado. A formação do administrador, que também é influenciada pelos ditames do mercado, segue a lógica utilitarista, o que restringe o administrador às clássicas funções delimitadas por Fayol (planejamento, organização, direção e controle). Enquanto a natureza do conhecimento em administração é multidimensional, a natureza da realidade em administração é unidimensional. Guerreiro Ramos (1981) defende que o mercado deveria ser apenas mais um dos enclaves sociais existentes, porém o que ocorre na atualidade é que ele é o único e exclusivo enclave social.

Pensar no papel do Administrador Público diante de uma sociedade informacional e de uma democracia limitada exige repensar na formação deste profissional. Enquanto as instituições de formação (regidas por um pensamento utilitarista) empregam um currículo e um programa pedagógico sem integração disciplinar e totalmente fragmentado, o papel do administrador, diante do cenário supramencionado, é de um expectador,. (Falta de informatividade com opiniões do autor.)

Vislumbrar as características necessárias para o AP requer um novo olhar, não condicionado pela razão utilitarista mercadológica, mas impregnado de um objetivo dialógico. As principais características do administrador na atualidade seguem um sentido monológico. Tenório (2004) colabora com esta reflexão ao buscar em Habermas fundamentação teórica para repensar o administrador, propondo um papel dialógico com os diversos atores sociais inseridos em uma organização (e não somente os acionistas ou mandatários). Nada mais indicado para uma sociedade caracterizada pela velocidade dos fluxos de informação em múltiplas direções.

Uma segunda pista sugere que, para uma reconfiguração do papel do administrador no cenário contemporâneo, faz-se urgente repensar das características requeridas para este profissional. Hoje formamos os conselheiros do príncipe, parafraseando Maquiavel. Cabe ao AP um papel ativo e propositivo no cenário contemporâneo, de modo a contribuir para a transformação da realidade social. A ausência de pensamento crítico, o forte utilitarismo, o cartesianismo e a atual permeabilidade às influências do mercado, fazem com que a AP seja uma legitimadora (quando não reprodutora) de vários problemas sociais. Por que todas as relações devem ser torneadas pela lógica de meio e fim? Por que não pensar no todo? Será que o positivismo-utilitarista ou mesmo a “monocultura de saberes” (Santos, 2002) colocaram um areio na administração?

Deve-se ousar. A administração pública deve reclamar seu modelo epistemológico interdisciplinar, reflexionar criticamente sua trajetória e remodelar suas ações. Hoje, o administrador entende a realidade, todavia o papel do administrador no cenário contemporâneo devia ser o de transformador da realidade, e fazendo isso, o administrador colaboraria para a emancipação social dos indivíduos, ao mesmo tempo em que contribuiria para a emancipação da própria administração.

A terceira e última pista que emerge desta discussão parte de uma definição da AP: atividade através do Estado para assegurar as necessidades e interesses coletivos na forma da lei. Visto que os interesses e necessidades coletivas vão além da alimentação, saúde e educação, o ser humano tem como uma de suas necessidades principais a relação, que confere humanidade aos indivíduos, e esta repleta de envolvimento e ações dialógicas. A sociedade da informação, através das TICs e principalmente a internet, fornece condições técnicas para que, por exemplo, as pessoas mantenham contato e relações dialógicas com indivíduos espalhados geograficamente. Contraditoriamente, é mais fácil que um brasileiro se relacione de forma dialógica com uma pessoa do outro lado do mundo, do que estabelecer processo similar com o gestor público eleito em seu município. A democracia representativa dominada pela razão utilitarista não se presta ao relacionamento acima referenciado. Nesse sentido, outra democracia se faz necessária para pensar outro administrador e ao mesmo tempo em que outro administrador é necessário para gerir uma nova democracia.

Os administradores, na atualidade, são muito peritos, porém jamais políticos. Ser político, no sentido original da palavra, significa relacionar-se, influenciar, dialogar. São características pertinentes para a colaboração com a emancipação social dos indivíduos e com a transformação de uma nova realidade. Tenório (2004, 1997), através do pensamento

habermasiano, chega à figura do administrador (gestor) social, aquele que busca o envolvimento e o diálogo com todos os atores de uma determinada cena social para consecução de objetivos. Considerando que a sociedade da informação altera formatos de relações e várias dimensões sociais (LOJKINE, 1995 e 1999) sugere-se que, além do diálogo, o administrador deve considerar as relações políticas, ser Administrador Político-Social. Com mesmo intento, a democracia representativa deve ser radicalizada (SANTOS, 2002), ser mais dialógica, ser se não uma Democracia Participativa.

As três pistas que foram produzidas pela reflexão até agora apontam para uma trilha que deve ainda ser estudada e aprofundada por pensamentos e ações. Uma trilha que reserva como últimas figuras a sociedade da informação enquanto cenário, a democracia participativa enquanto sistema e o Administrador Político – Social como ator-social. A caminhada por esta trilha já foi iniciada por pesquisadores e militantes. Aos poucos surgem experiências inovadoras de democracia participativa que buscam fomentar a emancipação social através da participação política (o orçamento participativo é um exemplo). Ao mesmo tempo, a formação de administrador começa a ganhar novos contornos através de experiências localizadas e/ou embrionárias (por exemplo, o Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social da UFBA e o curso de graduação em Gestão Social Pública da mesma instituição). São mudanças que colaboram com uma importante modificação do caráter do curso de Administração.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A natureza do conhecimento em administração é intrinsecamente interdisciplinar. Portanto, pensar a epistemologia da AP de forma unidimensional, baseada apenas na razão instrumental, é algo que se mostra insuficiente. Uma vez que a AP é vista como um coletivo de processos e funções que devem focar a gestão do Estado de forma a propiciar o pleno exercício do poder que “emana do povo e em seu nome deve ser exercido” (BRASIL, 1988), também deve ser direcionada pela razão comunicativa que envolve processos dialógicos entre os atores da cena social os que estão incumbidos de sua gestão.

Habermas, enquanto representante da Escola de Frankfurt, carrega um forte teor crítico em suas elaborações. Isso é válido para a construção de um novo pensamento epistemológico em Administração, uma vez que se faz necessário “descolonizar” não só os

sujeitos, mas também a ciência e a própria AP enquanto campo do saber, que se encontra dominado pelo sistema.

Com sua essência negligenciada, a AP acaba corroborando com a propagação de uma dinâmica hegemônica, baseada na lógica de meio e fim, fazendo com que isso seja reproduzido em diversas dimensões da sociedade, indo além dos domínios industriais do capitalismo tardio e chegando a influenciar muitas variáveis do mundo da vida como a família, as relações interpessoais e religiosas.

Na sociedade da informação, onde todos estes efeitos são potencializados, o cenário da racionalidade utilitarista ganha forte ênfase principalmente pelo advento das tecnologias da informação e da comunicação (TICs), que propiciam uma comunicação no formato “muitos – para – muitos”. Logra-se que a sociedade da informação carrega em si condição de promoção da emancipação dos indivíduos baseados em uma razão dialógica e comunicativa.

É necessária para essa emancipação do indivíduo, a emancipação anterior da própria AP. A recuperação de seus sentidos, sua razão e uma reflexão profunda sobre sua epistemologia se fazem imperativos.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, L. **A Moralidade da Democracia: uma Interpretação Habermasiana**. Belo Horizonte: Perspectiva – UFMG, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

FRANÇA FILHO, G. C. Para um olhar epistemológico da administração: problematizando o seu objeto. In: SANTOS, R. S. (Org.). **A Administração Política como Campo do Conhecimento**. São Paulo-Salvador: Mandacaru, 2004

FREITAG, B. e ROUANET, S. P. (Orgs). **Habermas**. São Paulo: Ática, 2001.

GENRO, T. **Crise da Democracia: Direito, Democracia direta e Neoliberalismo na Ordem Global**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GONÇALVES, M. A. S. Teoria da ação comunicativa de Habermas: Possibilidades de uma ação educativa de cunho interdisciplinar na escola. **Revista Educação & Sociedade**, UNICAMP, Campinas – SP, nº 66, Abril/99.

GUERREIRO RAMOS, A., **A nova ciência das organizações – uma reconceitualização da riqueza das nações**. São Paulo: FGV, 1989.

HABERMAS, J. **Racionalidade e Comunicação**. São Paulo: Edições 70, 2002.

LOJKINE, J. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

LOJKINE, J. **A Revolução Industrial**. São Paulo: Cortex, 1999.

MALISKA, M. A. MAX WEBER E O ESTADO RACIONAL MODERNO. **Revista Eletrônica do CEJUR**, UFPR, Curitiba - PR, v. 1, n. 1, ago./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.cejur.ufpr.br/revista/artigos/001-2sem-2006/artigo-02.pdf>>. Acesso em: Julho de 2008.

MELLO, *et al.* A violência rompendo interações. As interações superando a violência. **Revista Brasileira Saúde Materna Infantil**. Recife, vol.7, n. 1, Jan./Mar. 2007

MIGUEL, L. F. A democracia domesticada: Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo. Dados – Revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, vol. 45, n. 03, 2002, p. 483-510. In: CARVALHO, G. O discurso axiológico sobre democracia contemporânea e sua implicação teórico-prática. **Revista Diálogo Jurídico**, n. 6, 2007.

NOGUEIRA, C. R. A teoria discursiva de Jürgen Habermas. **Revista eletrônica DireitoNet**, Sorocaba – SP, s/v, s/n.º, 2006. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/27/15/2715/>>. Acesso em: julho de 2008.

SANFORD, J. E ROSE, C. Characterizing eParticipation. **International Journal of Information Management**. Holanda, Volume 27, Issue 6, p. 406–42, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (Coleção Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos).

SILVA, S. L. P. **Razão Instrumental e Razão Comunicativa: um ensaio sobre duas sociologias da racionalidade**. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, n.º 18, UFSC, Santa Catarina, 2001.

TENÓRIO, F. G. Cidadania e desenvolvimento local: casos brasileiros. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 9., 2004, Madrid, España. **Anais...** Madrid, nov. 2004. Disponível em: <http://www.gp.usp.br/files/desen_cidadania.pdf> Acesso em: Julho de 2008.

_____. O Mito da Participação. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.24, n.3, p.162-164, maio/jul. 1990.

TENÓRIO, Fernando Guilherme & ROZENBERG, Jacob Eduardo. Gestão Pública e cidadania: metodologias participativas em ação. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.31, n.4, p.101-125, jul/ago. 1997.

ⁱ Não se imputa aqui qualquer compromisso dogmático de Max Weber com o capitalismo, apenas destaca-se a elaboração teórica do autor que foi, posteriormente, apropriada pelo sistema. Ramos (1989, p.5) afirma que “o julgamento que Max Weber fez do capitalismo e da moderna sociedade de massa foi essencialmente crítico, apesar de parecer laudatório.”

ⁱⁱ Segundo FREITAG & ROUANET (2001) esta teoria tem uma semelhança com a teoria da compreensão lingüística de Chomski, mas difere no fato de que enquanto esta busca reconstruir sentenças a empreitada de Habermas busca a reconstrução de enunciados, ou seja, não unidades lingüísticas, mas sim ações lingüísticas.